

**EDUCAÇÃO
SUPERIOR NA
AMÉRICA LATINA
POLÍTICAS,
IMPASSES E
POSSIBILIDADES**

**Série Educação Geral, Educação Superior e
Formação Continuada do Educador**

Editora Executiva

Prof.ª. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Uniplac/Unicamp

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP

Prof.ª. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP

Prof.ª. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC

Prof.ª. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Prof.ª. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas

Prof.ª. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp

Prof.ª. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Prof.ª. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Prof.ª. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP – IFPR

Prof.ª. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidade Nacional do Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aviero

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Prof. Dr. César Tello – Universidad Nacional de Tres de Febrero

Prof.ª. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada

Prof.ª. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Prof.ª. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Prof.ª. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Prof.ª. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata



ESTA OBRA FOI IMPRESSA EM PAPEL RECICLATO 75% PRÉ-CONSUMO, 25 % PÓS-CONSUMO, A PARTIR DE IMPRESSÕES E TIRAGENS SUSTENTÁVEIS. CUMPRIMOS NOSSO PAPEL NA EDUCAÇÃO E NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

MARIA DE LOURDES PINTO DE ALMEIDA
AFRÂNIO MENDES CATANI
(ORGANIZADORES)

**EDUCAÇÃO
SUPERIOR NA
AMÉRICA LATINA
POLÍTICAS,
IMPASSES E
POSSIBILIDADES**

MERCADO[®]
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Educação superior na América Latina : políticas, impasses e possibilidades / Maria de Lourdes Pinto de Almeida, Afrânio Mendes Catani (organizadores) . – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2012. – (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador)

ISBN 978-85-7591-238-6

Bibliografia.

Vários autores.

1. Educação – América Latina 2. Educação superior 3. Ensino superior
4. Política educacional 5. Política e educação 6. Políticas públicas
7. Reforma universitária I. Almeida, Maria de Lourdes Pinto de. II. Catani, Afrânio Mendes. III. Série.

12-11343

CDD-378.155

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensino superior na América Latina : Políticas educacionais 378.155
2. Políticas de ensino superior : América Latina : Educação 378.155

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS EDIÇÕES E LIVRARIA LTDA.

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

OUTUBRO/2012

IMPRESSÃO DIGITAL

– IMPRESSO NO BRASIL –

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
------------------------	---

Maria de Lourdes Pinto de Almeida

Afrânio Mendes Catani

capítulo1

PROJETOS TUNING E TUNING AMÉRICA LATINA:

AFINANDO OS CURRÍCULOS ÀS COMPETÊNCIAS	21
--	----

Maria Idati Eiró

Afrânio Mendes Catani

capítulo 2

A UNIVERSIDADE DA MODERNIDADE

EM TEMPOS ATUAIS	45
----------------------------	----

Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira

Capítulo 3	
POLÍTICA DE EDUCACIÓN SUPERIOR EN CHILE: ENTRE LA CALIDAD, EQUIDAD E INNOVACIÓN CURRICULAR	77
Juan C. Campbell Esquivel	
Maria V. Leiva	
capítulo 4	
¿HACIA DÓNDE VAN LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCACIÓN SUPERIOR EN VENEZUELA?	99
María Cristina Parra-Sandoval	
capítulo 5	
LA REFORMA DEL 18 EN ARGENTINA ANALIZADA DESDE EL MODELO DE LA UNIDAD	133
Carlos Mazzola	
capítulo 6	
SOBRE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE DOS MODELOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	151
Maria de Lourdes Pinto de Almeida	
capítulo 7	
PARA UMA NOVA POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA AMÉRICA LATINA: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA	173
Renato Dagnino	
capítulo 8	
A PÓS-GRADUAÇÃO E A PESQUISA NA AMÉRICA LATINA	191
Margarita Victoria Rodríguez	

capítulo 9

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E RECONHECIMENTO:

UM OLHAR SOBRE O GOVERNO LULA 217

Sidney Reinaldo Silva

Maria de Lourdes Pinto de Almeida

capítulo 10

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR: TRABALHO

DOCENTE NA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL 239

João dos Reis Silva Júnior

Tânia Barbosa Martins

capítulo 11

FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ÂMBITO

DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA:

APROXIMAÇÕES AO CENÁRIO SUL-AMERICANO 267

Lino Castellani Filho

SOBRE OS AUTORES 291

APRESENTAÇÃO

O conhecimento científico desde a sua origem tem se marcado por uma constante busca do rigor na compreensão da realidade. Tal rigor visa, sobretudo, um autocontrole fundado em critérios de validade que ao mesmo tempo objetiva dar a ciência parâmetros para sua avaliação, permitindo também demarcar o seu espaço enquanto tal. Nesse sentido, a ciência caracteriza-se sempre pela referência ao seu outro, a não ciência. A discussão em torno do estatuto da história exige algumas considerações gerais em torno do regimento da ciência em geral. Uma análise do desenvolvimento da ciência nos mostra a sua historicidade, pois os seus critérios têm se transformado sofrendo incrementos conforme as vicissitudes. A História em sua afirmação enquanto ciência também apresenta os efeitos da historicidade. A historicidade caracteriza-se enquanto determinações decorrentes da interação dos elementos que compõem a realidade humana numa determinada época.

Na configuração de uma época alguns elementos se preponderam. Nesse sentido, é que dizemos que as relações de produção, a materialidade dos elementos determinantes da vida dos homens, que

os distribuem conforme os “lugares” ou espaços sociais de um dado modo de produção, engendram certas práticas sociais que devem ser compreendidas a partir do conjunto das determinações, quer dizer do concreto. Por mais determinista que semelhante terminologia possa ser interpretada, ela faz parte também de um ideário “humanista” calcado em determinados valores que têm apresentados como parâmetros para se julgar as ações caracterizadas como históricas e, ainda, para orientar planos de ação.

A ciência, sendo um produto da ação humana, marca-se por semelhante especificidade. Assim, alguns critérios têm surgido e desaparecido, outros prevalecem desde os projetos “epistemológicos” dos antigos gregos. Que os critérios, os valores, são humanos ninguém os nega. No entanto, deduzir que disso decorreria um total relativismo, ceticismo ou “anarquismo” (axiológico e epistemológico) seria radicalizar ao extremo o próprio princípio da historicidade, que submete tudo às determinações temporais. Se os homens substituem seus critérios é por que o fazem em vista de um outro julgado melhor. O melhor já supõe um sentido que pode ser dado por vários critérios seja de utilidade, de “instrumentalidade”, de operacionalidade, coerência lógica ou de conformidade com a experiência, etc. Essa possibilidade de criar, recriar ou aperfeiçoar critérios revela a atividade de um sujeito atuante, capaz de agir, conhecer e determinar parâmetros para suas preferências.

É em função do estabelecimento dos critérios para julgar suas práticas – para justificá-las, refutá-las ou transformá-las – é que se travam os embates ideológicos. Disputas fundadas em “última instância” na defesa de interesses econômicos, determinados pelas correlações contrárias e contraditórias de “forças” num determinado ordenamento de um modo de produção. Querer negar esse suposto equivale a aceitar como absolutas, as formas de organização social do momento. Como se o homem devesse renegar a sua capacidade de dar sentido, de “projetar”, o que significa no vocabulário marxista

o intento de buscar superar contradições nos mais diversos níveis da atividade humana (coletiva).

A universidade, enquanto instituição produtiva de cultura não só busca preparar uma força de trabalho qualificada, como tem também o reconhecimento do conjunto dos organismos da sociedade civil de sua mediação no interior da esfera da superestrutura, como entre esta e o setor produtivo. Essa função devia ser intensificada em favor dos interesses das classes dominantes e da elite no poder para consolidar o projeto hegemônico de sociedade e de Estado na América Latina.

Apesar da resistência organizada no interior da universidade e de setores organizados da sociedade civil, parece consolidar gradualmente a sua dimensão privada, provocando com isso uma redefinição do trabalho intelectual nessa instituição cultural.

Quem são esses intelectuais? São sujeitos forçados em cada época e em cada lugar que se apropriando do conhecimento e detendo os instrumentais para produzi-lo e transmiti-lo contribuem para explicar e transformar a sociedade em que vivem.

Se a sociedade capitalista se define pelas contradições que desenvolve isso significa que a sociedade é dinâmica e inacabada. A sociedade burguesa é, portanto, mais um estágio nesse processo histórico da constituição da sociedade e está sujeita a ser superada.

A produção científica e cultural se desenvolve nas esferas fora do setor produtivo, no âmbito da superestrutura. A divisão de trabalho na sociedade capitalista produz um resultado perverso, pois a separação da atividade intelectual- manual em práticas desconexas permite uma contínua reconstrução do mundo econômico, dificultando o desenvolvimento da sociedade e a superação da ordem social vigente.

O liberalismo como o ideário do livre mercado tem encontrado defesas radicais, no sentido de se fazer valer a “*maravilha da livre iniciativa privada*”. Na sua vertente mais radical, propõe-se o prin-

cípio da redução máxima do papel do Estado, ou o Estado mínimo. Trata-se da admissão da soberania do mercado que, conforme seus gurus, impõe a privatização do ensino em todos os níveis e a eliminação da intervenção política ou investimento do Estado num setor que tem sido tão lucrativo, quando submetido à iniciativa privada.

O liberalismo surgiu em contraposição às doutrinas mercantilistas, que, mesmo admitindo a limitação das regulamentações internas, eram mais favoráveis a uma política governamental ativa, destinada a aumentar a participação da nacional nos mercados internacionais. Os liberais, a partir dos fisiocratas e de Adam Smith (1985), radicalizaram o princípio da liberdade interna e ainda mais na esfera externa.

Na concepção liberal dá-se uma ênfase aos indivíduos como agentes racionais cuja realização dos interesses promoveria o bem comum. Não vamos entrar na discussão do que vem a ser o bem comum. Mas, para um liberal coerente, ele é sempre o resultado da agregação de escolhas individuais e o mercado é exatamente o mecanismo natural articulador dessas escolhas. O liberal concebe o bem comum como um *a posteriori*. Assim, a educação deve estar de certo modo articulada com a ação individual, de modo a promover a sua racionalidade, preparando indivíduos aptos para atuarem competitivamente, conforme o funcionamento do próprio mercado. É frente a esse pressuposto que a educação torna-se uma mercadoria e que se expande às escolas privadas nos mais diversos níveis de ensino. Trata-se de preparar profissionais competitivos. O ensino é, ao mesmo tempo um produto do mercado e o óleo que engraxa suas engrenagens, pois, sem indivíduos bem preparados, o mercado tenderia a não funcionar bem, ou seja, são necessários profissionais qualificados para promover a produção. Mas a oferta e o emprego da mão de obra que qualifica pelo ensino submetem-se também a lei do mercado e a suas crises e desajustes. Esse fenômeno tem sido atribuído às novas exigências do mercado de trabalho, que agora é reticular e altamente flexível. A visão liberal, em todas as suas fases,

tem sido caracterizada pela preocupação com as condições de possibilidade de se manter e atualizar a força de produção.

Diante de todo esse contexto histórico e econômico que permeia esse início de século XXI, determinando Políticas de Educação Superior que a cada dia valoriza e prioriza a formação do indivíduo voltada para o mercado, surgiu a ideia de construirmos uma coletânea que discutisse essas questões não somente em nível nacional, mas também em alguns países da América Latina.

Abrindo a discussão temos o texto *Projetos tuning e tuning América Latina: afinando os currículos às competências* escrito por Maria Idati Eiró e Afrânio Mendes Catani que discute o Tratado de Bolonha, caracterizado como um acordo firmado por diversos países europeus em 1999, para convergência dos sistemas de ensino superior do continente, tem como mola propulsora o aumento da competitividade econômica europeia no cenário mundial. Nesse contexto, segundo os autores, os processos de produção aliam-se à formação profissional, sendo que a convergência tem seu foco, entre outras, na formação de mão de obra qualificada para as diversas frentes de trabalho existentes. Com o objetivo de elevar a competitividade educacional internacional, o conhecimento privilegiado é o conhecimento instrumental. Para Eiró e Catani a formação universitária estrutura-se voltada para a busca dos resultados por meio da competitividade, em resposta aos anseios da lógica empresarial, do mercado e de seus clientes. Paralelamente à implantação de Bolonha e inseridas neste contexto, algumas universidades do bloco europeu fixaram pontos comuns de referência para currículos baseados em competências, com a finalidade de padronização e entendimentos comuns. Para os autores essas universidades devem trabalhar em conjunto os aspectos que gostariam de ver unificados, em especial no que se refere ao aspecto pedagógico dos cursos universitários. E assim, nasceu o Projeto *Tuning*. Para Eiró e Catani as universidades latino-americanas, apresentaram ao bloco europeu o projeto *Tuning Amé-*

rica Latina, procurando alinhar as propostas e ideais de trabalho com a União Europeia.

Na sequência temos o capítulo sobre a Universidade da Modernidade nos tempos atuais escrito por Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira analisando o surgimento da universidade denominada “moderna”, as funções e papéis a ela atribuídos ou dela esperados, a crise desse modelo nos tempos atuais e alguns dos elementos que estão caracterizando a universidade contemporânea. A instituição que se constituiu como “universidade moderna” teve origem na organização da Universidade de Berlim, em 1808. Passados dois séculos, segundo Pereira, podemos afirmar que as formulações de Humboldt, bem como seus pressupostos mais gerais, são ainda tomadas como relevantes. No entanto, seus princípios têm sido negligenciados ou substituídos por outros menos nobres. Na atualidade, que podemos caracterizar como sendo um período denominado pós-moderno, discute-se um novo projeto para a universidade que possa lhe permitir continuar sendo uma importante instituição do tempo presente.

Juan C. Campbell Esquivel e Maria V. Leiva discutem *Política de educación superior en Chile: entre la calidad, equidad e innovación curricular*, uma discussão sobre a realidade acadêmica do Chile a partir de 1981. Para os autores a expansão e diversificação do nível de educação superior como produto da política pública do Chile a partir do ano 1981 do século XX, continua acentuando-se durante as décadas *posteriores* nos 3 tipos de Instituições de Educação: universidade, institutos profissionais e os centros de formação técnica que se estruturam no denominado “sistema superior” a partir das profundas mudanças legislativas ocorridas no governo militar nos anos 80. Os autores vão analisar essa política de educação superior discutindo a qualidade, a equidade e a inovação curricular. Esquivel e Leiva vão discutir os três modelos de educação superior existentes no Chile, sendo universidades definidas como centros de excelência, orientadas a investigação, formação de professores; no nível intermediário estão nos institutos profissionais responsáveis

pela formação profissional a nível superior e na base os centros de formação técnica, a cargo da formação técnica. O processo de expansão da educação superior no Chile tem tido 14% de jovens entre 18-24 anos no ano de 1990; 24% no ano de 2000 e 29% em 2010.

María Cristina Parra Sandoval discute *¿Hacia dónde van las políticas públicas de educación superior en Venezuela?* Para a autora o marco do papel da educação superior é o desenvolvimento da sociedade, onde as políticas públicas são determinantes enquanto um conjunto de tomada de decisões com relação ao setor terciário da educação do país, por parte de governo e instituições. No capítulo a autora expõe a contextualização histórica e os antecedentes das políticas de educação superior na Venezuela, nos últimos doze anos (1999-2011), seus resultados e suas possíveis implicações futuras. Na Venezuela os índices indicam que a tendencia do núcleo conceitual de políticas públicas se orienta diante da intervenção e controle do Estado apostando no estabelecimento de condições que tendem a paralização do mercado universitário; onde a tendencia que se observa está marcada pelo discurso da mercadorização e seu impacto em prol do Estado.

Carlos Mazzola analisa em seu texto *La reforma del 18 en Argentina analizada desde el modelo de la unidad*. A reforma universitária originada na província de Córdoba em 1918 forja a matriz política e organizacional da universidade Argentina, segundo o autor. Esse modelo se expande por vários países da América Latina e não persiste como realidade e referencia para os atores universitários argentinos. Para Mazzola a revisão que se propõe não é histórica e sim sócio-metodológica, partindo da unidade para o modelo conceitual. Este modelo permite ressignificar os temas e os conflitos que se manifestam com os reformistas de 1918.

Maria de Lourdes Pinto de Almeida discute a ciência e tecnologia na América Latina fazendo uma análise dos Modelos de Pesquisa e Desenvolvimento. Antes de a autora discutir a universidade enquanto instituição de hegemonia, em torno do problema do público

e do privado, fará uma análise da ciência, a produção do conhecimento, ora enquanto *atividade autodefinida* ou com um fim em si mesma, isto é, a pesquisa pura, ora enquanto *atividade induzida externamente*, ou seja, a pesquisa aplicada. A atividade acadêmica tornar-se-ia um dos fatores ou agentes do A mercado, uma parceira das empresas, com as quais estabeleceria contratos. A ciência seria mais um meio do que um fim. Para Almeida tal quadro, a ideia de universalidade da ciência, enquanto expressão de um fim em si mesma isento das injunções particulares, ainda que não reflita nos procedimentos metodológicos, que nada mais seriam do que meios em vista de um fim-meio, perde sua força. A *universalidade* não expressa a mera isenção de interesse ideológico de classe, uma cosmovisão ampliada, mas representaria as condições teóricas gerais para se produzir determinada tecnologia, sendo portanto diretamente ligada aos interesses produtivos. Contudo, para a autora, ao se direcionar conforme as demandas tecnológicas do mercado, a ciência tenderia a perder sua autonomia na definição das suas próprias prioridades. Como todo agente no mercado, ainda que decidindo livremente seus contratos, a academia tenderia a se determinar conforme as leis da oferta e da procura.

Renato Dagnino completa a discussão levantada por Almeida no texto intitulado *Para uma nova Política de Ciência e Tecnologia na América Latina: contribuições a partir da experiência brasileira*. Para o autor, atualmente é possível confirmar que a leitura da esquerda é, cada vez mais, acertada. A empresa segue não interessada em aproveitar o crescente volume de recursos públicos disponibilizados pela Política de Ciência e Tecnologia para capacitar-se tecnologicamente. A situação no âmbito das empresas inovadoras, segundo Dagnino, no que respeita à realização de Pesquisa & Desenvolvimento, piorou. Mas, para o autor, o que melhor atesta o equívoco da Política de Ciência e Tecnologia do projeto nacional-desenvolvimentista conservador e também do neo desenvolvimentista-democrático é o ínfimo aproveitamento da nossa estrutura pública de pesquisa e

pós-graduação, seu objetivo continuado desde seu surgimento. É uma discussão que vale a pena conferir!

Sobre *a pós-graduação e a pesquisa na América Latina*, Margarita Victoria Rodriguez analisa em seu capítulo as décadas de 1990 e 2000 e verifica uma ampla expansão da educação superior na América Latina, este aumento de matrícula como é obvio impactará também na demanda por maior oferta de cursos de pós graduação. Neste trabalho se discute desde uma perspectiva história questões relacionadas com o fomento da pesquisa mediante instituições específicas para estimular o desenvolvimento da ciência e a tecnologia e sua vinculação com a expansão da pós-graduação nos países da região latino-americana. Para tanto, foram analisados diversos informes técnicos e documentos impressos e digitalizados de instituições não governamentais – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura (Unesco); Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD); La Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI); Centro Interuniversitario de Desarrollo (Cinda); Instituto Internacional para la Educación Superior en América Latina y el Caribe (IESALC) – bem como dados estatísticos e documentos dos Ministérios de Educação e Ministérios de Ciência e Tecnologia de alguns países.

Sidney Reinaldo da Silva e Maria de Lourdes Pinto de Almeida apresentam uma análise das Políticas educacionais e de reconhecimento: um olhar sobre o governo Lula. O texto aborda as políticas educacionais relacionadas ao reconhecimento durante o governo Lula, questionando o sentido e a abrangência delas. Define-se o reconhecimento a partir da filosofia de Charles Taylor e de documentos produzidos pelo governo Lula frente às exigências de movimentos sociais articulados em torno do conflito étnico-racial e da reivindicação do direito à diversidade. Mostra o que se afirmou sobre as políticas educacionais e sua articulação com as exigências de reconhecimento e seu nexos com a distribuição e a participação,

sobretudo, no âmbito das secretarias criadas pelo governo Lula especialmente para lidar com questões da diversidade.

João dos Reis Silva Junior e Tânia Barbosa Martins analisam a Expansão do Ensino Superior: trabalho docente na Universidade Aberta do Brasil. O texto analisa o trabalho docente na Universidade Aberta do Brasil (UAB), considerando a reforma do Estado, a expansão e diversificação da universidade pública brasileira, que resultou na institucionalização da UAB. Os autores trabalham com as seguintes hipóteses construídas como resultado de tais processos: 1) O trabalho docente se intensifica nesse novo modelo de instituição educacional e de mudanças na concepção de ensino-aprendizagem; 2) O trabalho docente tende à precarização através da produção de novas relações de trabalho, profissionais e acadêmicas; 3) Estas mudanças induzem a produção de nova forma de sociabilidade do professor.

Lino Castellani Filho discute a *Formação em educação física no âmbito da educação superior brasileira: aproximações ao cenário sul-americano*. O estudo tem a intenção de apresentar, contextualizadamente, o quadro das instituições de nível superior formadoras em Educação Física no Brasil, distinguindo-as por estrutura acadêmica (Universidades; Centros Universitários; Faculdades Integradas; Faculdades Isoladas; Institutos de Educação Superior), administrativa (pública e privada) e por formação (licenciatura e Graduação/bacharelado), além de tecer breves considerações sobre a pós-graduação stricto sensu na área acadêmica também denominada Educação Física, buscando fomentar movimentos análogos nos países sul-americanos com vistas ao desenvolvimento de bases de dados balizadoras de estudos comparados no campo da formação em Educação Física na América Latina.

Estudar a Universidade enquanto Instituição Educacional de caráter cultural e político numa dada sociedade capitalista requer instrumental teórico que permite entender a sua constituição e seu dinamismo.

Enquanto Instituição Educacional é constituída por intelectuais que visam refletir sobre o Homem e o Mundo e formar assim, novos intelectuais. Neste sentido, a Universidade toma como conteúdo aspectos da realidade econômica, política e social, trabalhando com a Universalidade do Conhecimento, na busca de novos saberes, cuja finalidade, ao socializá-los contribui para as transformações econômicas e sociais.

Tentamos, portanto evitar nos capítulos apresentar uma historia factual de uma Política Educacional do Ensino Superior descontextualizada e sem reflexão mais aprofundada, destituída de embasamento teórico, e com frases emotivas e de juízo de valor, apresentando reformas universitárias como “expressões redentoristas” e “salvadoras” de um caos educacional que se apresenta, se configura e se sedimenta há décadas, fruto de uma desconstrução política, social incentivada por um Estado Liberal que valoriza a era da irracionalidade, posta nesta Pós Modernidade.

Pode parecer, por ora, que os intelectuais neoliberais estão tendo um grande êxito em impor seus argumentos como dogmas inquestionáveis e de necessidade única e singular para resolver problemas que as Universidades tem enfrentado no final do século XX e início de século XXI. Cabe a nós, educadores, a desconstrução desse discurso, desarticulando a inquestionável hegemonia que nos parece permear as relações econômicas e sociais na Universidade. No entanto, trata-se de um desafio do qual depende a possibilidade de se construir uma outra hegemonia que dê sustentação material e cultural a uma sociedade plenamente democrática e igualitária.

*Maria de Lourdes Pinto de Almeida
Afrânio Mendes Catani*

